

QUESTÃO AGRÁRIA E AGROECOLOGIA: CRÍTICA AOS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CAMPO¹

Julio Cesar Pereira Monerat

O presente trabalho objetiva realizar uma análise das correntes da questão agrária e das matrizes da agroecologia entendidas como referenciais teóricos para o estabelecimento de políticas públicas voltadas à agricultura camponesa de base ecológica. Entende-se que o estabelecimento de políticas públicas seja resultado de múltiplos fatores interatuantes, o que inclui certamente a ação dos movimentos sociais, dos setores capitalistas vinculados à agricultura, das esferas governamentais, dos consumidores e, principalmente, dos próprios agricultores agroecológicos, além, é claro, das formulações teóricas elaboradas por esses sujeitos e seus representantes – objeto do estudo aqui apresentado. A análise ora trazida ao debate reconhece que os respectivos fatores interatuantes são, por vezes, conflitantes, e estão inseridos em um contexto imediato – mais exatamente uma conjuntura política –, porém, articulado ao contexto mais estruturante – o modo de produção capitalista.

O texto inicia-se com um resgate dos debates em torno da questão agrária para, em seguida, apresentar a fundamentação teórica que embasa a formulação da agroecologia. Tais resgates teóricos justificam-se na medida em que a teoria informa as políticas públicas relacionadas a ambas as temáticas: questão agrária e agroecologia. A crítica marxiana ao valor é o fundamento da crítica direcionada aos limites teóricos e práticos dessas duas temáticas quando seus horizontes analíticos são reduzidos ao *modo de distribuição* e não diretamente ao *modo de produção* capitalista, o que é discutido já nos apontamentos finais do texto. Como toda crítica, ela não se pretende como mera interpretação da realidade, mas objetiva contribuir para a ampliação dos alcances críticos – teóricos e práticos – do campesinato agroecológico que tem sua existência confrontada pelo capital, seja no sentido de sua eliminação, seja apontado para sua recriação subordinada.

¹ DOI-10.29388/978-65-81417-31-4-0-f.207-224

RELAÇÕES CONTRADITÓRIAS ENTRE CAPITAL E CAMPEPINATO: A QUESTÃO AGRÁRIA

De modo combinado e contraditório, o avanço do capitalismo no campo, que constitui a chamada questão agrária, não se fez e não se faz sob um vazio espacial, mas sim sobre territórios nos quais viviam e ainda vivem povos e comunidades que estabeleceram modos de relacionamento ricos e diversificados com o ambiente, em especial aqueles que aqui serão analisados e que se constituem como campesinato. Com o avanço do capital, esses povos e comunidades são expropriados de suas condições de vida e, para sobreviverem, passam a ter suas vidas determinadas por meio da mercadorização imposta pela dinâmica capitalista, seja adaptando-se a ela ou resistindo das mais variadas formas.

As possibilidades a respeito dos destinos dos camponeses – objeto central no debate sobre a questão agrária –, que decorrem diretamente da nova materialidade imposta às suas vidas na dinâmica de avanço do capital agrário, serão refletidas no debate teórico, manifestando-se em três teses: 1) *fim* do campesinato, 2) sua *metamorfose* em agricultor familiar modernizado ou 3) sua *recriação* enquanto camponês num ambiente agora capitalista. Essas reflexões teóricas, por seu turno, informarão, em maior ou menor grau, o debate sobre as políticas públicas relacionadas ao campesinato. Vejamos, portanto, alguns elementos que sintetizam esse debate sobre a questão agrária.

Expondo sumariamente, o *fim do campesinato* será identificado por Lenin (1982) como resultado do aburguesamento ou da proletarização do camponês, e por Kautsky (1986) como decorrência da implantação das grandes unidades produtivas cooperativadas, forma da produção agrícola no socialismo. Assim, o camponês estaria diante de dois destinos possíveis que selariam o *fim*: na leitura de Lenin, esse fim decorreria da inserção camponesa na sociedade capitalista na condição de agricultor enriquecido que se tornaria burguês, ou, em polo oposto, empobrecido que engrossaria as fileiras do proletariado. Para Kautsky o fim decorreria da coletivização das terras em uma sociedade na qual os meios de produção fossem socializados.

O fim do campesinato sintetizado nas interpretações acima é algo que pode ser empiricamente verificado no decorrer do século XX e também na atual quadra histórica – especialmente com a formulação

lenineana. Entretanto, é preciso apontar criticamente que a tese do fim do campesinato, apesar da aparente inexorabilidade a respeito do destino camponês que ela carrega, deixa de apreender o *caráter tendencial das leis sociais*. Por isso, a tese do fim do campesinato acaba não captando que a processualidade da relação entre capital e campesinato resulta da combinação de tendências e contratendências – ainda que tal combinação não suprima em definitivo a contradição que fundamenta tal relação, e que coloca o fim do campesinato como a tendência determinante. Certamente que o referencial teórico para a apreensão do caráter tendencial das leis sociais está em Marx (2017), ao analisar a lei tendencial da queda da taxa de lucro e as tendências contra-arrestantes, servindo aqui deliberadamente à compreensão de uma processualidade social diversa, mas passível de ser analisada a partir do mencionado referencial.

É esse referencial teórico que nos permite concluir que o avanço do capital no campo, especialmente na forma do agronegócio latifundista, aponta tendencialmente para o fim do campesinato à medida que tal avanço se faz à custa da expropriação dos meios de vida camponeses – especialmente a terra, mas não apenas ela, pois também o camponês se vê expropriado do acesso a mercados, financiamentos, tecnologias, políticas públicas, dentre outras condições necessárias à sua reprodução. Apesar dessa tendência que aponta para a finitude da condição camponesa, verifica-se que, por imposição da própria dinâmica capitalista, ocorrem processos que atuam como contratendências a tal destino, fazendo com que se efetivem formas de recriação do campesinato – inclusive pelo próprio capital. Dentre as dinâmicas contratendências destacamos, por exemplo, a produção camponesa integrada, na qual os riscos inerentes à produção de matérias-primas, por exemplo, são assumidos pelos camponeses integrados e não pelo próprio capital. Segundo Singer (1975, p. 125), na produção integrada, “[...] o grande capital destina aos camponeses as etapas produtivas mais vulneráveis às intempéries, além, é claro, de submetê-los aos ditames de um mercado oligopsônio, onde poucos compradores acabam por determinar os preços a serem pagos aos muitos vendedores”.

A forma pela qual o capital avançará no campo será, portanto, determinada fundamentalmente pela lógica da acumulação capitalista. Em outras palavras, a adoção da forma do agronegócio latifundista ou da produção camponesa decorre tão somente da dinâmica da valorização, o que, no caso, está relacionado às vantagens e aos riscos da produção, bem

como o acesso e o controle de mercados, dentre outros elementos que constituem o movimento expansivo do valor. Voltaremos a mencionar a dinâmica da valorização mais adiante.

A segunda tese defende que o avanço das relações capitalistas no campo acarretaria a *metamorfose* do camponês em um *agricultor familiar modernizado*. Essa modernização, conforme a formulação de Mendras (1969), constitui-se no processo de incorporação do campesinato ao mercado capitalista como consumidor de produtos manufaturados e industriais, bem como fornecedor de matérias-primas. Essas mudanças incluiriam desde o crescente uso de tratores e máquinas até a transformação da terra em mais um fator de produção, ou seja, um conjunto de transformações importantes que acabariam por desencadear o fim do *camponês tradicional* e sua substituição (ou metamorfose) pelo que Mendras designa simplesmente como *agricultor*.

No Brasil, a metamorfose do camponês em agricultor familiar² será sintetizada por Abramovay (2007, p. 33): “[...] uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa”. Segundo Abramovay, a lógica camponesa, por ser fundamentada em uma *racionalidade econômica essencialmente incompleta*, seria incompatível com ambientes mercantis. Para ele, o campesinato não se constitui como um *tipo econômico*, mas sim como um *modo de vida*, e, como tal, estará fadado ao desaparecimento, vindo a ser substituído pelo agricultor familiar de tipo moderno.

Em um período mais recente, a tese da modernização do campesinato em agricultor familiar foi inserida no debate sobre o desenvolvimento rural e, a partir daí, passou a identificar um segundo momento

² A definição legal de agricultura familiar fundamentada considera tanto critérios de área quanto de atividade econômica, articulando-se a essa a questão da mão de obra e da gestão: “[...] o termo deve ser entendido pelos critérios que distinguem o produtor por seus respectivos direitos, nas condições asseguradas pela legislação específica (decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, especialmente artigo 3º, e demais instrumentos que vão adequando os desdobramentos alcançados e incorporados): agricultor familiar é o que pratica atividades no meio rural, mas se torna sujeito de direitos se detiver, a qualquer título, área inferior a quatro módulos fiscais; deve apoiar-se predominantemente em mão de obra da própria família e na gestão imediata das atividades econômicas do estabelecimento, atividades essas que devem assegurar o maior volume de rendimentos do grupo doméstico” (NEVES, 2012, p. 35).

da modernização da agricultura, o que incluiu novos temas, tais como o caráter multifuncional da agricultura familiar, as novas fontes de energia e a relação entre cidade e campo, dentre outros. De acordo Veiga (2009), estaria em curso uma modernização agroambiental ou ecológica que acabaria levando ao surgimento de uma nova ruralidade fundamentada em três vetores: “[...] conservação do patrimônio natural, aproveitamento econômico das decorrentes amenidades [naturais], e exploração de novas fontes de energia” (VEIGA, 2006, p. 335).

Há que se reconhecer que a tese da *transformação do camponês em agricultor familiar* também aparece imediatamente aos pesquisadores como realidade empiricamente observável em diferentes contextos – o que contribuirá, dentre outros fatores político-econômicos, para que ela seja o fundamento teórico de diversas políticas públicas para esse setor. Segundo essa formulação, o fim do campesinato não será seu destino desde que tal camponês se modernize na figura do agricultor familiar.

Mesmo nesta formulação, o destino do campesinato não deixa de estar marcado por uma dupla inexorabilidade: adaptar-se ou perecer. Cabe ressaltar, contudo, que a análise crítica deve ser capaz de ir além da *aparência fenomênica* para identificar o movimento do capital em suas determinações sobre a modernização do campo. Consideramos que, por centrarem-se nos processos de *integração*, os estudos da modernização do agricultor familiar deixam de apreender as dinâmicas contraditórias do movimento efetivo do capital no campo.

Essa limitação analítica é superada pela tese da *recriação do campesinato* que objetiva captar as contradições que caracterizam a relação entre o capital e os camponeses. Ao superar uma interpretação linear – a tese do fim do campesinato – e outra presa à aparência da processualidade em curso – a tese da modernização – a tese da recriação do campesinato é capaz de captar as dinâmicas contraditórias nas quais a expansão do capital realiza-se tendencialmente combinando modelos agrícolas industriais e modelos camponeses. Enquanto a agricultura industrializada representa a expansão direta do capital no campo – o que significa assalariamento da força de trabalho e, portanto, extração de mais-valor –, por sua vez, a agricultura camponesa insere-se como produção associada ou integrada ao capital que atua no campo – seja ele o próprio capital ligado à agricultura industrial para o qual se destina a produção de matérias-primas, ou mesmo o capital comercial que adquire a produção camponesa para a re-

venda e posterior processamento. Sendo assim, o campesinato relaciona-se à montante e à jusante com empresas capitalistas, adquirindo insumos, vendendo e adquirindo mercadorias.

Eliane Tomiasi Paulino (2007) identifica a processualidade dessa relação entre agricultura camponesa e capital industrial e aponta seus possíveis resultados, especialmente aqueles decorrentes do relacionamento entre os camponeses produtores de matérias-primas e os capitalistas que as compram: os camponeses podem empobrecer, enriquecer-se, e também manter-se, ainda que oscilando entre momentos de maior ou menor sucesso econômico. Mas o ganho analítico efetivo dessa formulação é o entendimento das possibilidades que são colocadas ao campesinato decorrem diretamente “[...] das formas predatórias de extração de renda, perpetradas por diferentes agentes do capital” (PAULINO, 2007, p. 248).

O que Paulino aponta, indo além da aparência, é que a relação econômica entre campesinato e capital revela que nem sempre ocorre *troca de equivalentes*, já que o preço pago pelos capitalistas aos camponeses pode ser inferior ao *valor* contido nas matérias-primas por eles vendidas. Assim, parcela da riqueza produzida pelos camponeses acaba sendo transferida ao capital, caracterizando, segundo ela, uma situação de superexploração – mas que acreditamos ser melhor definida como expropriação da renda camponesa. É o que acontece quando, diante de determinadas condições, os preços baixam a ponto de o camponês, sem poder aguardar por uma eventual elevação nesses preços e em decorrência da perecibilidade de sua produção ou devido às suas necessidades materiais, acabe sendo levado a vendê-la a um preço abaixo do valor nela contido.

Dessa forma, e buscando superar as visões fatalistas relativas à condição camponesa no capitalismo, Paulino identifica os seguintes possíveis e até combináveis destinos para o camponês: 1) tornar-se capitalista: a elevação do preço das matérias-primas e seu repasse aos consumidores pelos industriais pode fazer com que os camponeses recebam parte da riqueza social, o que, em longo prazo poderá levá-los (não todos) à condição de capitalistas; 2) proletarianizar-se: o que decorreria do continuado empobrecimento a ponto de perda da terra e das condições de produção; 3) integrar-se ao capital na forma de produção associada e/ou como fornecedor de matéria-prima, o que o mantém na condição camponesa sujeita a ciclos econômicos em que se sucedam momentos em que o camponês auferir rendimentos ora acima, ora abaixo daqueles necessários à

sua reprodução sem, contudo e necessariamente, direcionar-se a um dos binômios representados por (1) e (2).

A efetividade de reprodução teórica da realidade concreta da relação entre campesinato e capital que nos é possibilitada pela tese da recriação do campesinato decorre, em parte, de sua capacidade de superar os dualismos e as aparências, identificando a contraditória situação do campesinato sob o modo de produção capitalista. Mas, acreditamos que seja preciso complementá-la com a compreensão mais aprofundada de que a recriação do campesinato está inserida na totalidade do movimento do capital. Daí que as tendências e contratendências vigentes – fim e recriação camponesa, respectivamente – devam ser apreendidas como resultados efetivos da luta de classes que contrapõe, no caso, campesinato e capital. É nessa luta que se efetivam a destruição da vida e dos espaços de vida campesinos, suas integrações e segregações a mercados e políticas e será, enfim, essa a dinâmica que prevalecerá enquanto o valor – medida do tempo de trabalho e substância do trabalho social – prevalecer como miserável forma de medida da riqueza social (MARX, 2011).

É preciso não perder de vista que todo esse debate teórico em torno da modernização ou da recriação do campesinato é refletido na formulação de políticas públicas. Mais exatamente, é preciso reconhecer que a expressão *agricultura familiar* – e a formulação teórica que ela carrega – é que prevalece enquanto caracterização do setor nos programas governamentais. De uma maneira nem sempre explícita, o campesinato vai sendo identificado como aquela porção atrasada da agricultura em contraposição à modernidade que é materializada tanto pelo agronegócio quanto pela agricultura familiar. Para esses “setores” as políticas públicas são formuladas – ainda que com gigantescas (e cada vez mais discrepantes nos tempos presentes) diferenças de recursos e apoios a cada um deles.

As lutas materiais relacionadas à terra – seja à propriedade ou à renda, ou mais sinteticamente às contradições de classe – ficam, assim, apagadas nas políticas públicas voltadas à modernização do campo. Afinal, de um lado estariam os agricultores familiares e, do outro, os capitalistas agrários, sendo que a diferenciação entre ambos estaria tão somente relacionada às diferenças entre suas respectivas escalas. Em tal formulação idílica – e ideológica –, todos fariam parte do agronegócio em graus diferente – o agricultor familiar seria o empreendedor do agronegócio. Ou seja, a possibilidade de inserção do camponês no mercado capitalista

apresentada como modernização na condição de agricultor familiar acaba por ocultar a subordinação que a fundamenta.

O debate conceitual em torno dos termos campesinato e agricultor familiar reflete o *conflito material*, tendo em vista que o metabolismo social mediado pelo mercado acaba estando implícito – ou melhor, ocultado – em uma forma específica de superexploração/expropriação do campesinato pelo capital. Como defende Neves (2012, p. 38, grifos nossos), “[...] esses termos evocam uma designação social e têm sua *eficácia política* porque criam *posições e direitos* correspondentes”. O quadro em análise revela que, além da coerção que impregna o avanço do agronegócio latifundista, há também formas de construção da hegemonia do capital no campo por meio do consenso em torno da caracterização da modernização do campesinato. Assim é que se elaboram discursos ideológicos que, mais que interpretar a realidade, passam a determinar as políticas públicas destinadas a esses setores da chamada agricultura familiar.

Em tempos não tão pretéritos, durante os governos petistas, por exemplo, foram elaboradas políticas públicas voltadas à agricultura familiar, o que, ao mesmo tempo que estabeleciam o consenso sobre a forma de integração do campesinato ao capital, também obscureciam a enorme diferença orçamentária destas políticas em relação àquelas destinadas ao fortalecimento do capital no campo na forma do agronegócio. Esse quadro aprofunda-se gravemente nos tempos presentes, quando as políticas públicas em favor da agricultura familiar são enfraquecidas ou mesmo descontinuadas, acentuando de forma dramática a tendência de favorecimento do agronegócio em um contexto de reprimarização da economia brasileira.

Assim é que se conjugam os processos de subordinação da agricultura camponesa à lógica do capital e aqueles de fortalecimento do capitalismo no campo através do agronegócio. A convivência de formas diversificadas de extração e transferência da riqueza social – mais-valor e renda, respectivamente – apenas reforça que o modo de produção capitalista renova permanentemente as formas de expropriação, levando-nos a compreender que a chamada acumulação primitiva não se esgotou nos primórdios do capitalismo e convive com as formas mais modernas de valorização ampliada do capital. A crítica ao avanço do capital no campo deve, portanto, apreender essa dinâmica social que se desenrola por meio de processos desiguais e combinados, mas fundamentalmente ten-

denciais, que se articulam à lógica contraditória do capital em seu movimento global.

RESISTÊNCIA CAMPONESA AO AVANÇO DO AGRONEGÓCIO: A AGROECOLOGIA

No sentido de apreender as contradições em curso, ressaltamos que o modelo produtivo que fundamentou em diferentes graus a modernização que caracteriza o avanço do capitalismo no campo foi aquele representado pela revolução verde³. Apesar de hegemônico, o modelo da revolução verde não foi o único a ser implementado mundo afora, situação que pode ser verificada pela já mencionada modernização agroambiental ou ecológica (VEIGA, 2009). A contraposição ao modelo da revolução verde assumiu características mais orgânicas com a formação de correntes que, em seu conjunto, foram denominadas de *agriculturas alternativas*. Dentre os movimentos pioneiros nesse sentido, podemos destacar: a Agricultura Biológica, na França; a Agricultura Biodinâmica, na Alemanha; a Agricultura Orgânica, nos EUA, Inglaterra e países de língua inglesa e a Agricultura Natural, no Japão (COSTA, 2017).

Notemos que essas correntes da agricultura alternativa se organizaram originalmente em países desenvolvidos, o que acarretava no predomínio de um enfoque ecológico *stritu senso* em detrimento do debate de cunho sociológico (COSTA, 2017). Contudo, ao expandir-se para outros países, especialmente aqueles do Sul Global, esse grande conjunto identificado como agriculturas alternativas foi recebido por movimentos sociais, instituições de ensino e pesquisa e, posteriormente, desdobrou-se no desenvolvimento da agroecologia, o que levou à incorporação de preocupações com os problemas sociais vivenciados pelos agricultores desses países àqueles ambientais, chegando inclusive à formulação de políticas públicas relacionadas à defesa de uma agricultura camponesa de base agroecológica (BRASIL AGROECOLÓGICO, s/d).

Enquanto modelo produtivo articulado a proposições políticas, a agroecologia entenderá a sustentabilidade a partir de suas dimensões

³ “O paradigma da ‘revolução verde’ e respectiva agricultura industrial se apoia em três princípios, todos para criar dependência e, portanto, custos para o produtor: fertilizantes de síntese química [...], venenos contaminantes da vida e do meio ambiente (agrotóxicos) e as monoculturas que destroem a biodiversidade e, conseqüentemente, os biomas” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 61).

ambiental e social articuladas e, nesse sentido, ela acabará constituindo-se no referencial adotado – às vezes mais em termos práticos que políticos – por setores do campesinato que buscam resistir ao avanço do capital no campo por meio da revolução verde. Haveria uma complexificação da questão agrária que não se limitava mais ao debate sobre modernização do campesinato/agricultor familiar, incorporando também as discussões sobre os modelos produtivos: revolução verde e agroecologia.

Focando nossa análise mais diretamente no desenvolvimento da agroecologia no Brasil, constatamos que ele ocorreu em diferentes espaços – nas esferas públicas, nas instituições de pesquisa, nos mercados e nos movimentos sociais –, acarretando uma incorporação desigual da agroecologia pelos diferentes sujeitos que a postulam e praticam. Em outros termos, a diversidade de abordagens a respeito da agroecologia relaciona-se à enorme variedade de grupos sociais que se colocam na construção de um diversificado campo agroecológico que inclui desde camponeses, até consumidores.

Em que pesem os diferentes contextos em que a agroecologia é implementada pelos diversos grupos sociais no Brasil, pode-se constatar a influência de duas correntes majoritárias nas definições de agroecologia. A primeira delas é a *corrente estadunidense* que chegou ao Brasil com a publicação “[...] dos trabalhos de Miguel Altieri e, posteriormente, Stephen Gliessman” (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 59). O “[...] viés sociológico, que busca inclusive uma caracterização agroecológica do campesinato” (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 59) será, por seu turno, característico da segunda corrente, conhecida como *escola europeia* de agroecologia, cujos principais expoentes são Eduardo Sevilla-Gúzmán (2010) e Manuel González de Molina (2011). A distinção entre as correntes da agroecologia permite-nos identificar aquelas que privilegiam um enfoque mais tecnológico da agroecologia – como é o caso daquelas estadunidenses – daquelas outras que, por sua vez, enfatizam os aspectos *sociológicos* e *políticos* do campesinato agroecológico – predominantes na corrente europeia –, o que, por sua vez, repercute na implantação da agroecologia por meio das políticas públicas e dos movimentos sociais. Por não se constituírem em concepções estanques, mas sim mutuamente influentes, cabe identificar tais correntes como matrizes da agroecologia brasileira, cujas características são apresentadas a seguir a partir de autores selecionados.

Para Caporal e Costabeber (2004, p. 11; grifo nosso) “[...] a Agroecologia é entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a *transição* dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agriculturas convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis”, adotando o *agroecosistema* como unidade de análise. Caporal, em um trabalho de sua autoria, enfatiza a importância da agroecologia como um modelo de desenvolvimento, o que o leva a considerá-la no contexto da política pública de Segurança Alimentar e Nutricional e não como um modelo produtivo limitado “[...] a atender a um nicho de mercado ‘ecologizado’ e, por vezes, elitizado” (CAPORAL, 2009, p. 46).

Caporal e Costabeber (2004, p. 9), refletindo conjuntamente, alertam para o risco de determinados modelos de agriculturas ecológicas serem capturadas pelas corporações do agronegócio verde, caracterizando aquilo que eles definem como produção de alimentos *corporgânicos*⁴: “[...] temos hoje, tanto algumas agriculturas familiares ecologizadas, como a presença de grandes grupos transnacionais que estão abocanhando o mercado orgânico⁵ em busca de lucro imediato, como vem ocorrendo com os chamados ‘alimentos corporgânicos’”. Em contraposição a esse risco, Caporal argumenta que o sucesso da agroecologia estaria vinculado à realização de outra política pública: a reforma agrária. Para ele “[...] não se pode deixar de mencionar a necessidade de mudanças estruturais, entre as quais se destaca uma radical, profunda e qualificada reforma agrária e um foco expressivo no suporte aos agricultores familiares” (CAPORAL, 2009, p. 46).

Ao mencionarmos a articulação entre agroecologia e reforma agrária no contexto das políticas públicas há que se considerar a relação da produção agroecológica com a economia solidária. Uma relação que, segundo algumas interpretações, fica clara quando se verifica que, conforme dados de 2007 do Sistema de Informações em Economia Solidária

⁴ “Há uma tendência de se reproduzir no ramo da alimentação orgânica a concentração de capital que é a tônica nos demais setores capitalistas [...]. O que ocorre no Brasil é a reprodução do mesmo processo de fusões e aquisições no setor que vêm ocorrendo mundialmente” (SANTOS, 2018, p. 48).

⁵ A mais recente face desse mercado do consumo alimentar de elevado padrão tem tomado a forma de gourmetização: “[...] aos poucos, comer bem e de forma saudável vêm se transformando em uma cultura de luxo, acessível somente para quem pode pagar por ela, e, por vezes, o que se consome altamente concentrador de terras e gerador de violência e criminalização no campo, só que sem veneno” (SANTOS, 2018, p. 48).

(SIES), “[...] 10.513 empreendimentos de Economia Solidária mapeados pelo sistema, de um universo total de 21.763 empreendimentos, ou seja, 48,3% do total, declararam ter como espaço de atuação o meio rural” (SCHMITT; TYGEL, 2009, p. 113). Conforme Schmitt e Tygel (2009, p. 114), as práticas de cooperação e autogestão, que embasam tanto a economia solidária quanto a agroecologia, são uma clara demonstração do potencial de integração entre ambas para o estabelecimento do que eles consideram um circuito mercantil alternativo àquele do capital⁶.

Uma análise da relação entre o campesinato agroecológico e o mercado é apresentada por Jalcione Almeida (2003), uma relação que repercute na constituição da agroecologia enquanto política pública. Almeida chama a atenção para as contradições presentes nas concepções de agroecologia que ora a consideram como um movimento social e ora a fazem pender para a condição de participante do mercado. Almeida defende que há um vácuo entre as concepções de agroecologia identificadas como ideológicas – mais vinculadas às políticas públicas – e aquelas que praticam uma agricultura poupadora de insumos.

Buscando superar o referido vácuo na agroecologia como movimento social e como agricultura poupadora de insumos, Almeida (2003, p. 517) discute a potencialidade de uma efetiva autonomia dos agricultores, uma autonomia que lhes permitiria tanto livrarem-se da “[...] dependência do Estado, da ‘guetificação’ e do simples enquadramento às regras do mercado”. Para isso, Almeida postula que se articulem objetivos táticos no sentido de transição a uma agricultura mais sustentável e objetivos estratégicos que se direcionem para a “consolidação de um verdadeiro movimento social”. Só assim poderiam ser superados os desafios econômico e social que, segundo ele, são colocados à agroecologia⁷.

⁶ “[...] vários dos insumos utilizados pelos grupos de produção poderiam ser produzidos e comercializados de forma direta por agricultores(as) familiares, havendo, portanto, um potencial muito grande a ser explorado do ponto de vista da integração entre os diferentes empreendimentos e, destes, com camponeses e agricultores(as) familiares, organizados (as) ou não através de formas associativas” (SCHMITT; TYGEL, 2009, p. 114).

⁷ Detalhando esses desafios: “Um desafio econômico – considerando que a agricultura é uma atividade capaz de gerar, a curto, médio e longo prazos, produtos de valor comercial tanto maior quanto maior for o valor agregado, o desafio consiste em adotar sistemas de produção e de cultivo que minimizem perdas e desperdícios e que apresentem produtividade compatível com os investimentos feitos, e em estabelecer mecanismos que assegurem a competitividade do produto agrícola no mercado interno e/ou externo, garantindo a economicidade da cadeia produtiva e a qualidade do produto. [...] Um desafio social: [...]

Relevante contribuição a respeito dos desafios que são colocados à consolidação da agroecologia como política pública é trazida por Paulo Petersen (2013, p. 69):

Prisioneiras de uma prática operacional e de uma estrutura funcional concebidas segundo o paradigma da modernização, as instituições públicas encontram dificuldades de escapar de rotinas que as mantêm fortemente atreladas ao viés do produtivismo economicista, aos postulados epistemológicos positivistas e ao seu corolário metodológico, o difusionismo tecnológico. Resulta desses obstáculos de natureza paradigmática a forma superficial e por vezes contraditórias com que a Agroecologia vem sendo institucionalizada, sendo muito frequentemente reduzida a uma proposta de produção orientada à exploração do crescente nicho de mercado da agricultura orgânica.

Petersen contrapõe a insustentabilidade daquilo que ele define como *paradigma da modernização da agricultura* e aquilo que ele considera formas tradicionais de trabalho agrícola. Nem por isso, Petersen é um partidário do mero tradicionalismo, mas sim um defensor da criação de “[...] ambientes fecundos para o diálogo entre os saberes científico-acadêmicos e as sabedorias populares (nichos de inovação)” (PETERSEN, 2013, p. 94). É a partir dessa consideração que Petersen defende que a transição agroecológica precisa necessariamente desenvolver-se como um processo de *recampesinização* para que não incorra no risco, já destacado por outros autores, de ser incorporada pelo capital. Afinal, “[...] tanto as medidas de racionalização do uso de insumos quanto a substituição de insumos podem ser informadas por estratégias eminentemente empresariais, ou seja, pela busca de melhores resultados econômicos a partir das regras de inserção nos mercados” (PETERSEN, 2013, p. 92), o que ele complementa salientando que “[...] o crescimento exponencial da agricultura orgânica na última década em resposta ao aumento da demanda por seus produtos reflete claramente essa tendência à manutenção da lógica empresarial de gestão mesmo nos agroecossistemas considerados no segundo nível da transição” (PETERSEN, 2013, p. 92).

esse desafio consiste em adotar sistemas de produção que assegurem geração de renda para o trabalhador rural e que este disponha de condições dignas de trabalho, com remuneração compatível com sua importância no processo de produção” (ALMEIDA, 2004, p. 10-11).

Por fim, Petersen defende ainda que a agroecologia passe por um processo semelhante ao que levou ao nascimento de uma ecologia política, para isso ele defende a criação de uma *Agroecologia Política*, que tem toda a característica de uma política pública:

[...] dos arranjos institucionais moldados a partir da lógica da intervenção planejada do Estado e das corporações do agronegócio, de forma que sejam criadas as condições para que as famílias e organizações da agricultura camponesa assumam o protagonismo nas dinâmicas de desenvolvimento rural (PETERSEN, 2013, p. 98).

APONTAMENTOS FINAIS: LIMITES DA CRÍTICA E HORIZONTES FUTUROS

Finalizadas as apresentações sobre a questão agrária e a agroecologia, é hora de articulá-las para que possamos chegar a uma síntese crítica. O enfoque que apresentamos sobre a questão agrária foi claramente aquele relacionado ao destino dos camponeses e no qual buscamos explicitar a dinâmica contraditória da relação entre capital e campesinato – o que não significou desconhecer que o avanço do capitalismo no campo efetiva-se majoritariamente por meio do agronegócio latifundista. A tese de recriação do campesinato revelou-se a mais coerente com a realidade dos processos materiais nos quais a relação contraditória entre camponeses e capital efetiva-se. Essa relação assume formas variadas que vão dos conflitos fundiários até a distribuição da renda da terra, passando pela diversidade dos recursos financeiros e tecnológicos aos quais os diferentes sujeitos têm acesso. Para além das dicotomias das teses do fim do campesinato ou de sua modernização na figura do agricultor familiar, as relações concretas apontam que os destinos dos camponeses incluem o empobrecimento e a proletarianização, contemplam a possibilidade de enriquecimento e aburguesamento e, principalmente, a oscilação entre situações que ameaçam ou reafirmam sua condição campesina – o fim do campesinato revela-se, enfim, como uma tendência sob a qual atuam contratendências que renovam continuamente o caráter contraditório da questão agrária.

Ao atualizar a questão agrária tendo por referência o processo de transição agroecológica que os camponeses passam a protagonizar, a questão que precisa ser respondida é: a agroecologia altera substantivamente a relação entre capital e campesinato? E considerando-se as formulações teóricas a respeito da agroecologia – e estando subentendido seu rebatimento nas políticas públicas –, a resposta a tal indagação é que ela efetivamente atualiza as potencialidades de resistência camponesa frente às ameaças representadas pelo capital, contudo, ela não altera de modo substantivo as contradições entre campesinato e capital, atualizando para um contexto ecologizado a tendência que continua a apontar para o fim do campesinato ao mesmo tempo em que se renovam as formas de sua subordinação ao capital.

Com isso não estamos negando que ocorra um efetivo fortalecimento da resistência camponesa por meio da agroecologia, mas sim reconhecendo que efetivamente a questão agrária – em sua versão clássica ou ecologizada – acaba circunscrevendo seu horizonte de transformação ao *modo de distribuição* capitalista e não ao *modo de produção* capitalista. Expliquemo-nos: a contradição entre capital e campesinato acaba reduzida a um conflito distributivo relacionado à propriedade da terra ou à renda fundiária – e isso mesmo quando esse conflito incorpora a agroecologia. Escapa, portanto, às formulações da questão agrária uma crítica ao modo de se produzir sob o capital, isto é, produção de valor. Essa limitação fica clara, por exemplo, nas proposições a respeito do desenvolvimento sustentável, uma formulação estabelecida nos fóruns multilaterais que objetiva amenizar a dinâmica destrutiva do capital sem abolir o próprio capital – o que também inclui as propostas genéricas de sustentabilidade e decrescimento. Tal limitação é explicitada de modo mais concreto na defesa que os autores apresentados fazem de uma melhor inserção nos mercados agroecológicos nos mercados e, conseqüentemente, na ampliação de seus rendimentos, o que certamente desdobra-se em políticas públicas relacionadas – sem desconhecer a relação com a economia solidária. Em todas essas situações, é o modo de distribuição que fundamenta as análises.

Enfim, centrada no modo de distribuição, a agroecologia tal como formulada pelos autores analisados, limita-se a ser um atenuante da crise ambiental e simultaneamente um mecanismo de resistência camponesa. Não que desconsideremos a importância dessas determinações, contudo, é preciso que elas, para que tenham seus alcances críticos aprofunda-

dos, sejam reformuladas a partir da fundamentação da crítica ao modo de produção capitalista. A agroecologia, entendida dentro de um conjunto de “[...] defesa de direitos e da política social só faz sentido se compuser um programa de transição, num processo de revolução permanente” (BEHRING, 2021, p. 267). A referência à obra de Trotsky (1879-1940) trazida por Behring para o debate sobre políticas sociais pode contribuir para a análise aqui desenvolvida, levando-nos a concluir que os avanços promovidos pela agroecologia, para que sejam efetivamente transformadores, devem ser inseridos em uma processualidade de *revolução permanente*, na qual as conquistas do presente são necessariamente articuladas ao horizonte de superação da lógica de acumulação infinita que caracteriza a sociedade capitalista – tendencialmente destrutiva do ambiente, do campesinato, da vida. Cabe aos teóricos organicamente vinculados à agroecologia a formulação dessa crítica em uma relação dialógica com os camponeses, bem como sua articulação ao horizonte da emancipação humana.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. **Fundo público: valor e política social**. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

BRASIL AGROECOLÓGICO. **Plano Nacional de Agroecologia (PLANAPO)**. Brasília: MDA, s/d. Disponível em: <http://www.agroecologia.gov.br/plano>. Acesso: 09 jun. 2021.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Edusp, 2007.

ALMEIDA, J. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, 2003. p. 499-520.

CAPORAL, F. R. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. *In*: CAPORAL, F. R. (Org).

Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade. Brasília: Paulus, 2009. p. 1-30.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

COSTA, M. B. B. da. **Agroecologia no Brasil: História, princípios,**

- práticas. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- GUHUR, D.; TONÁ, N. Agroecologia. *In*: CALDART, R; PEREIRA; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: EPSJV/Expressão Popular, 2012. p. 57-65.
- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **Dialética da agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- MARX, K. **Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política. Livro III – O processo global da produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MENDRAS, H. Sociologia do meio rural. *In*: MENDRAS, H.; GURVITCH, G.; COURTIN, P. (Orgs.). **Sociologia Rural**. São Paulo: Zahar, 1969. p. 41-63.
- MOLINA, M. G. de. **Agroecología y decrecimiento sostenible**. El caso español. Sevilla: Apresentação na Universidade Pablo Olavida, 2011 Disponível em: <http://www.agroecologia.net/recursos/congresos/2010/lleida/Presentaciones/Conferencias/c4-Agricultura%20Ecol%C3%B3gica%20y%20decrecimiento%20sostenible.pdf>. Acesso em: 10 maio 2018.
- NEVES, D. Agricultura familiar. *In*: CALDART, R.; PEREIRA, I.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular. 2012.
- PAULINO, E. T. Geografia agrária e questão agrária. *In*: FERNANDES, B. M. et al. (Orgs.) **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 339-352.
- PETERSEN, P. Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. *In*: NIEDERLE, P.; ALMEIDA, L. do; VEZZANI, F. (Orgs.).

Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013. p. 69-104.

SANTOS, M. Do fake saudável à gourmetização. *In:* SANTOS, M.; GLASS, V. (Orgs.). **Atlas do agronegócio:** fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. p. 48-49.

SCHMITT, C. J.; TYGEL, Daniel. Agroecologia e Economia Solidária: trajetórias, confluências e desafios. *In:* PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 55-64.

SEVILLA-GUZMÁN, E. Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andaluza – PH CUADERNOS, Andalucía: 2010. Disponível em: <http://institucional.us.es/compromiso/libreconf/docs/agroecologia.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2020.

SINGER, P. **Curso de introdução à Economia Política.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

VEIGA, J. E. da. Nascimento de outra ruralidade. **Revista Estudos Avançados**, v. 20 n. 57, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a23v2057.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2020.

VEIGA, J. E. da. A transição agroambiental nos Estados Unidos. *In:* ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura:** ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009. p. 128-149.